

JORNAL

O Poder popular

EDIÇÃO 107

Julho 2026

ANO 11

Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.



EDMILSON COSTA:

**“É PRECISO ORGANIZAR
A RESISTÊNCIA CONTRA
O IMPERIALISMO”**



**Toda solidariedade aos
povos da América Latina**

EDITORIAL



EDITORIAL

TODA SOLIDARIEDADE AOS POVOS DA AMÉRICA LATINA!



Vivemos momentos de extrema preocupação na América Latina. Além do recente terremoto que ceifou centenas de vidas e feriu milhares de pessoas na Venezuela, vemos o avanço do cerco dos EUA a Cuba e resultados eleitorais no Peru e na Colômbia (com a vitória, mesmo que apertada, de candidatos da extrema-direita e denúncias de fraudes e manipulação de votos), os quais demonstram que o fascismo criou fortes bases na América Latina. Está se formando um conglomerado de governos associados aos interesses do imperialismo estadunidense, do qual já faziam parte os líderes reacionários da Argentina, Chile, Bolívia e Equador.

Em contrapartida, as grandes mobilizações convocadas pela Central Operária e organizações dos povos originários na Bolívia, em que pese todo o aparato repressivo do governo, apontam o caminho da resistência e das manifestações populares para barrar o crescimento da extrema-direita no nosso continente.

No Brasil, o bolsonarismo adota o mesmo papel vergonhoso

de quinta coluna do imperialismo dos EUA. Enquanto posa de patriota diante das câmeras, conspira nos bastidores contra os interesses nacionais. Enquanto se enrola na bandeira brasileira, ajoelha-se diante da bandeira dos Estados Unidos. Enquanto discursa sobre soberania, trabalha para transformar o Brasil numa colônia subordinada aos interesses de Washington.

As ações do governo Trump contra o Brasil desmontam qualquer ilusão daqueles que acreditavam ser possível estabelecer uma relação de confiança com o imperialismo estadunidense. Como o PCB sempre alertou, o imperialismo não tem amigos, parceiros ou aliados permanentes. Tem apenas interesses, pelos quais busca impor a submissão dos povos, o controle dos mercados, a apropriação das riquezas estratégicas e a imposição de governos dóceis aos seus desígnios.

Washington classificou o Comando Vermelho e o PCC como organizações terroristas, criando um perigoso precedente para justificar futuras ingerências em assuntos internos brasileiros. Em seguida,

anunciou novas barreiras comerciais e tarifas contra produtos nacionais, utilizando argumentos ridículos e arbitrários para atacar setores da economia brasileira e pressionar o governo Lula. As medidas anunciadas visam apenas criar pretextos para chantagear o país e saquear nossas riquezas.

Diante desse cenário, torna-se cada vez mais urgente a construção de uma Frente Anti-imperialista e Anticapitalista no Brasil e em toda Nossa América, capaz de reunir as forças revolucionárias, entidades sindicais, organizações populares, a juventude, os setores democráticos e todos aqueles/as dispostos/as a defender os interesses dos povos e da classe trabalhadora. Essa Frente será mais forte se conseguirmos formar Comitês Populares Anti-imperialistas nos locais de trabalho, estudo, moradia e nas comunidades, de forma a incorporar os/as ativistas nesta batalha em defesa da soberania nacional e popular.

Essa luta não pode se limitar à defesa abstrata da soberania. A defesa da nação está inseparavelmente ligada à defesa da pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Não haverá independência nacional enquanto o sistema financeiro controlar a economia. Não haverá soberania enquanto nossas riquezas estratégicas estiverem submetidas ao capital estrangeiro. Não haverá democracia verdadeira enquanto a maioria do povo permanecer excluída das decisões políticas. ✊

A hora exige organização, consciência e mobilização. Contra os ataques do imperialismo, vamos à luta, promover a resistência e construir o Poder Popular, no rumo do Socialismo!

EXPEDIENTE

O Poder Popular, Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo. órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Conselho Editorial: Edmilson Costa, Antônio Lima Jr., Fabio Bezerra, Lucas Silva MTB 0092795, Nathália Mozer, Ricardo Costa, Roberto Arrais (jornalista responsável – 985/DRT – FENAJ).

Diagramação: Maurício Souza

Colaboradores desta Edição: Cheyenne Ayalla, Coordenação Nacional da UJC, Edmilson Costa, FEPAL, Fundação Dinarco Reis, Kél (CFCAM - Maringá/PR), Lucas Corrêa, Partido Comunista da Bolívia, Sputnik Brasil.

Endereço Eletrônico: www.pcb.com.br **Contato:** pcb@pcb.org.br

Sede Nacional do PCB: Rua da Lapa, 180, Gr 801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.021-180
Telefax.: (21) 2262-0855 e (21) 2509-3843.

COLUNA POLÍTICA

Edmilson Costa: "É preciso organizar a resistência ao imperialismo"



Trechos da entrevista de Edmilson Costa ao portal Sputnik Brasil

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou a pré-candidatura do economista e professor universitário Edmilson Costa à Presidência da República para as eleições de 2026. Em entrevista à Sputnik Brasil, ele apresentou o programa do Partido e defendeu que o Brasil está "maduro para o socialismo".

Natural do interior do Maranhão, Costa é militante do PCB desde o início da década de 1970. Preso em 1974 durante a ditadura militar, foi forçado a se transferir para São Paulo, onde exerceu o jornalismo antes de se dedicar à economia. "Enfrentei a ditadura no período mais duro dela."

O porquê da pré-candidatura

Costa defende a participação no primeiro turno afirmando que esse é o momento em que os partidos apresentam suas propostas. Ele propõe a extinção do Senado Federal e a criação de um parlamento unicameral. A justificativa é que o Senado transforma "maiorias sociais em minorias políticas" ao dar o mesmo número de senadores a estados com populações muito diferentes.

No novo modelo proposto pelo PCB, 50% do parlamento seria eleito pelo voto universal e 50% por

representantes do movimento popular, sindical e da juventude. Costa também defende mandatos fixos de dez anos para ministros dos tribunais superiores e regionais, em substituição ao modelo atual, no qual os magistrados permanecem no cargo até a aposentadoria compulsória.

Política internacional

Costa destacou a luta contra o imperialismo, a solidariedade a Cuba, ao Irã e à Palestina, e reformas estruturais em direção ao poder popular e ao socialismo. Questionado sobre recente decisão do governo dos Estados Unidos quanto às facções criminosas brasileiras, o pré-candidato relacionou o problema da criminalidade ao tráfico internacional de armas, afirmando que "o maior fornecedor de armas para a criminalidade são os Estados Unidos". Na avaliação dele, há uma incoerência americana ao não controlar o contrabando de armas e simultaneamente classificar facções criminosas como terroristas. "Com isso eles abrem um pretexto legal para poder intervir nos países", disse.

O pré-candidato criticou o senador e pré-candidato a presidente Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a quem chamou de "capacho dos Estados Unidos" e "quinta coluna no interior do Brasil" por ter defendido a intervenção de uma nação estrangeira no país.

Ele admitiu que as propostas do PCB entrariam em confronto direto com os interesses de Washington, caso fosse eleito, mas avaliou que os Estados Unidos "vivem uma crise muito grande" de dominação. "O Vietnã era um país camponês e também resistiu com imenso sacrifício. Portanto, se você não resiste ao imperialismo, você termina sendo subjugado por ele", declarou.

Programa para o Brasil

O programa do pré-candidato também prevê reforma agrária, via desapropriação de todas as terras improdutivas, com trabalho escravo e histórico de desmatamento, e propõe a revogação da legislação neoliberal, e em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a criação de uma "lei de responsabilidade social".

Para ele, inclusive, é preciso colocar um teto na jornada de trabalho para 30 horas semanais sem redução salarial, dez horas a menos que a proposta do governo federal em tramitação.

Na saúde, o PCB propõe estatizar todo o sistema privado e a universalização do atendimento público gratuito e, na educação, o pré-candidato defende a incorporação das universidades privadas ao sistema público. Na segurança pública, Costa defende a desmilitarização das polícias, que segundo ele "foram educadas para perseguir pobres e pretos nas periferias", e a criação de conselhos populares para "proteger a população e não reprimir".

Leia na íntegra:



COLETIVO FEMINISTA CLASSISTA ANA MONTENEGRO

**PELA VIDA DAS MULHERES,
MENINAS E PESSOAS QUE GESTAM!
CRIANÇA NÃO É MÃE! CONTRA O PDL DA PEDOFILIA!**



Por Kél – secretária política do CFCAM de Maringá (PR)

A aprovação do chamado “PDL da Pedofilia” no Senado Federal representa mais um grave ataque aos direitos das mulheres, crianças e pessoas que gestam da classe trabalhadora. A proposta busca derrubar diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) que garantem acolhimento e acesso ao aborto legal para vítimas de violência sexual, aprofundando a ofensiva conservadora contra os direitos sexuais e reprodutivos.

No Brasil, o aborto já é permitido por lei em casos de gravidez decorrente de estupro, risco de vida para a gestante e anencefalia fetal. As normas e orientações do Conanda não criam novos direitos, mas buscam assegurar que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual tenham acesso ao atendimento integral previsto na legislação. Ao tentar revogar essas garantias, o projeto impõe novos obstáculos às vítimas e dificulta o acesso.

A proposta foi impulsionada por setores conservadores da direita, especialmente ligados à bancada religiosa e a parlamentares que atuam contra os direitos sexuais e reprodutivos, entre eles, a senadora Damares Alves. Sob o discurso da proteção da infância e da vida, esses setores promovem medidas que ampliam a vulnerabilidade de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e promovem a imposição da maternidade compulsória.

Historicamente, o controle sobre os corpos das mulheres e pessoas que gestam esteve ligado à manutenção de relações de exploração. Ao restringir direitos reprodutivos, o Estado reforça mecanismos de controle sobre a vida, especialmente, das mulheres trabalhadoras e racializadas que são as principais vítimas da violência sexual, da precarização dos serviços públicos de saúde, da assistência social e da violência obstétrica.

Vale reforçar que o aborto é realizado nas famílias burguesas que podem ter acesso a esse procedimento em outros países ou, até mesmo, feito com acompanhamento médico de alto

padrão. No Brasil, a justiça tem cor, endereço e classe social.

Por esta razão, esses ataques não podem ser compreendidos de forma isolada: eles fazem parte de uma ofensiva mais ampla contra os direitos das mulheres, das pessoas que gestam e da classe trabalhadora e buscam reforçar a responsabilização individual pelo trabalho de reprodução social, ao mesmo tempo que desmontam políticas públicas essenciais para garantir condições dignas de vida, utilizando o argumento do conservadorismo moral e do fundamentalismo religioso.

Por isso, defendemos o fortalecimento da rede pública de atendimento às vítimas de violência sexual, a descriminalização do aborto e o acesso pleno ao aborto legal, seguro e gratuito para todas as pessoas. ✊

**PELA VIDA DAS MULHERES,
CRIANÇAS E PESSOAS
QUE GESTAM!
PELO ABORTO LEGAL,
SEGURO E GRATUITO!**

**ACESSE AS MÍDIAS DO
PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO**

- [youtube.com/@JornalOPoderPopular](https://www.youtube.com/@JornalOPoderPopular)
- [instagram.com/jornalopoderpopular](https://www.instagram.com/jornalopoderpopular)
- t.me/canalpcbnoticias

- x.com/OPoderPopular
- [facebook.com/jornalopoderpopular](https://www.facebook.com/jornalopoderpopular)
- [opoderpopular.com.br](https://www.opoderpopular.com.br)



MOVIMENTO POPULAR

QUANDO OS TRABALHADORES DE NITERÓI PERDERAM A PACIÊNCIA

A Revolta das Barcas de 22 de maio de 1959



Por Lucas Corrêa, secretário de movimentos populares do PCB-RJ

O dia 22 de maio de 1959 deve ser recuperado pela classe trabalhadora como uma data memorável: o dia em que as trabalhadoras e trabalhadores de Niterói perderam a paciência! Após esse dia, depois de anos do monopólio corrupto e ineficiente do transporte aquaviário pelo grupo privado Carreteiro, as barcas foram encampadas pelo Estado, voltando a ser um serviço público estatal. Para entender o que levou esses trabalhadores a perderem a paciência e a forma que eles agiram quando isso aconteceu, é necessário entender um pouco mais sobre Niterói e o partido da classe trabalhadora fundado nesta cidade, o PCB.

O Congresso de fundação do PCB foi iniciado no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 25 de março de 1922, no Sindicato dos Alfaiates e Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Por questões de segurança, entretanto, o Congresso seria finalizado, com a fundação do Partido em Niterói, no dia 27 de março, na rua Visconde do Rio Branco, 651, onde se localizava, então, a casa de paren-

tes do jornalista e dirigente comunista Astrojildo Pereira.

Após a fundação do PCB, Niterói se consolidou como um território de lutas e organização da classe trabalhadora. Em seu breve período de legalidade, nas eleições de 1945, os comunistas demonstraram grande inserção entre os trabalhadores: se nacionalmente o candidato do Partidão à Presidência da República teria 10% dos votos, em Niterói, Yedo Fiúza chegaria aos 22%. Nestas mesmas eleições, o candidato à Deputado Federal mais votado de Niterói, assim como na cidade de São Gonçalo, seria o operário e dirigente do PCB, Claudino José da Silva.

Nos anos 1950, apesar do retorno forçado à clandestinidade e da cassação de seus parlamentares, o PCB manteve importantes trabalhos sindicais e populares. Na cidade de Niterói, os Centros Pró-Melhoramentos e os Comitês Populares Democráticos se espalhavam pela cidade, organizados e influenciados pelos militantes do PCB e trabalhadores do seu entorno. Bairros e regiões como o Barreto, Morro do Estado, Vila Ipiranga, Engenhoca, Morro do Cavalo, Fonseca, Sapê,

entre outros, contavam com essas organizações, que ampliavam os trabalhos das células do partido. A Associação Feminina Fluminense (AFF), também organizada por militantes do PCB e com presença de comunistas como Maria Felizberta Trindade, organizou em 1949, a 1ª Convenção Feminina Pró-Paz e Contra a Carestia do estado do Rio.

Em 1959, cerca de 100 mil pessoas realizavam diariamente a travessia entre Niterói, capital do estado, e o Rio de Janeiro, distrito federal. O serviço de travessia era extremamente perigoso, tendo muitos acidentes com vítimas fatais; o preço da passagem era caro e tinha aumentos regulares; as filas de passageiros eram quilométricas e os atrasos frequentes; a empresa não pagava todos os direitos aos trabalhadores, mesmo recebendo altas subvenções do estado para garantir estes pagamentos; por esses motivos, as greves eram frequentes e os trabalhadores estavam constantemente mobilizados.

A Revolta das Barcas foi vitoriosa, assustando os empresários e seus representantes nos governos estadual e federal, assim como no parlamento e na imprensa. A manifestação foi espontânea, mas o espontâneo tem história, tem processo, é resultado de acúmulos produzidos antes da faísca se transformar em incêndio incontrolável. A população de Niterói sabia quem eram seus inimigos. Assim, quando os trabalhadores perderam a paciência em Niterói, eles sabiam contra quem a sua ira deveria se abater. 🗣️

Leia na íntegra:



ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2026

Os jovens comunistas e as eleições

Coordenação Nacional

União da Juventude Comunista – UJC Brasil



A conjuntura apresentada para o ano de 2026 já se inicia com bastante turbulência e uma “volta” dos bolsonaristas aos holofotes da mídia burguesa, ora protagonizando falas fascistizadas em relação à principal pauta dos últimos meses — o fim da escala 6x1 —, ora leiloando a soberania brasileira ao apoiar a narrativa terrorista diante das facções. Para entender esse cenário, é importante compreender a luta de classes e o avanço do imperialismo na América Latina e no mundo.

O debate sobre o fim da escala 6x1 adquire caráter de massas em 2023. No entanto, essa pauta já havia sido apresentada publicamente na campanha presidencial de 2022, quando Sofia Manzano, então candidata à Presidência da República pelo PCB, em entrevista à emissora Band, destacou a relação entre tempo e trabalho, e se colocou em defesa das 30 horas semanais sem redução salarial. Esse foi um dos

principais pontos de suas propostas presidenciais, expressos no Programa de 21 Pontos para Revolucionar o Brasil – Um Programa Anticapitalista e Anti-imperialista.

O processo de intensificação da carga horária ao qual a classe trabalhadora está submetida, somado, obviamente, à precarização do mundo do trabalho, à uberização e ao desmonte da CLT por meio das contrarreformas trabalhista e da previdência, evidencia a necessidade de mudanças estruturais nas relações de trabalho. Embora a votação pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais tenha sido aprovada na Câmara, ainda é necessário que a proposta seja votada no Senado. Portanto, segue sendo imprescindível a mobilização popular, a única garantia de que essa votação ocorra de forma favorável à classe trabalhadora.

Paralelamente a isso, Donald

Trump define o PCC e o CV como organizações terroristas. O governo estadunidense, em sua face imperialista, busca legitimidade para intervir e atacar o Brasil, retirando sua soberania e abrindo brechas para uma interferência direta não apenas em âmbito local, sob a justificativa de “combater o crime”, mas também por meio da coleta de informações, da infiltração em sistemas de comunicação e da obtenção de dados estratégicos sobre os debates realizados no país.

Esse quadro é um reflexo da conjuntura em que os lacaios da burguesia, representados pela direita, elevam à máxima potência o programa neoliberal, já em curso desde a virada do milênio. Seus principais efeitos passaram a ser sentidos com maior intensidade após 2010 e foram incorporados à legislação durante o governo de Michel Temer, com a aprovação do famigerado Teto de Gastos, que impôs limites



aos investimentos em educação e saúde públicas, além das contrarformas trabalhista e da previdência.

Em 2018, a agenda neoliberal se aprofundou e observa-se um crescimento contínuo do número de bilionários no Brasil. Dados recentes apontam que os 10% mais ricos acumulam 70% da riqueza nacional. Atualmente, o país conta com cerca de 71 super-ricos, que concentram, em valores absolutos, um patrimônio de aproximadamente R\$ 1,5 trilhão. Entre eles estão Eduardo Saverin, cofundador do Facebook, apontado como o brasileiro mais rico, seguido de André Esteves, do BTG Pactual, ligado ao capital financeiro e especulativo, e Jorge Paulo Lemann, da Fundação Lemann.

Os ataques neoliberais à Educação

Na educação, ainda sob os efeitos do Teto de Gastos, mas agora com seu aprofundamento por meio do Novo Arcabouço Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 200/2023 e posteriormente regulamentado pelo PLP nº 93/2023, estabeleceu-se um mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas a 70% do crescimento real das receitas do ano anterior, com um piso de 0,6% e um teto de 2,5% acima da inflação ao ano.

Como consequência, em 2024, mais de 500 Institutos e Universidades Federais em todo o Brasil entraram em greve, denunciando a precariedade das instalações, a insuficiência das políticas de permanência estudantil — como restaurantes

universitários, bolsas e residências estudantis —, a ausência de planos de carreira para os Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), categoria que iniciou o movimento grevista, e as reivindicações dos docentes por melhores condições de carreira e contra a ampliação da contratação temporária de profissionais.

Em 2026, a luta do movimento estudantil e dos trabalhadores da educação conquistou a destinação de 10% do PIB para a educação. No entanto, esse percentual não será aplicado em sua integralidade justamente pelo fato de o Novo Arcabouço Fiscal ainda estar vigente. Além disso, a nova política do Plano Nacional de Educação (PNE), que utilizará os recursos aprovados, estabelece 19 metas para a próxima década (2026–2036), dentre elas a alfabetização de 80% das crianças, a implementação do ensino em tempo integral em 65% das escolas e para 50% dos estudantes, entre outras.

No que tange ao ensino superior, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), reformulada em 2024, contempla diversos programas de assistência aos estudantes, incluindo bolsas, moradia, alimentação, saúde e suporte tecnológico, entre outros. Todavia, essa política encontra-se inviabilizada em sua totalidade justamente pela existência de um limite de gastos imposto por lei. Tal situação expressa a lógica burguesa de retirar recursos públicos da educação e direcioná-los ao capital especulativo e financeiro, além de fortalecer os oligopólios da educação privada.

Nesse cenário, os TAEs retornam à greve em 2026 em diversas universidades, agora somados a um

levante estudantil que impulsiona greves e paralisações locais e nacionais em defesa da permanência estudantil. Essa pauta reflete diretamente a garantia do acesso dos filhos e filhas da classe trabalhadora à universidade, uma vez que sua permanência depende da existência de condições materiais adequadas, como moradia, alimentação, bolsas e infraestrutura. Trata-se, em essência, da expressão da luta de classes no interior da educação.

Nessas novas mobilizações, a Universidade do Estado de São Paulo (USP), uma das últimas universidades públicas a adotar a política de cotas, apresenta um dos exemplos mais evidentes de que a luta está posta e de que o movimento estudantil e os movimentos de massas vêm sendo criminalizados pelo Estado. Ainda que todas as categorias da universidade tenham aderido à greve, tanto a reitoria quanto o governo permanecem resistentes a negociar as principais reivindicações apresentadas pelos diferentes setores da comunidade universitária.

O ano de 2026 apresenta, pois, uma conjuntura bastante acirrada no âmbito da luta de classes, com diversas pautas assumindo caráter de massas e o capitalismo chegando ao esgotamento de suas possibilidades táticas. Nesse momento, torna-se necessário traçar novas rotas e construir alternativas no caminho da transformação socialista e da emancipação nacional.

Diante disso, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) lança pré-candidaturas próprias, comprometidas com os interesses da classe trabalhadora, tendo como principais bandeiras a jornada de 30 horas semanais sem redução salarial, o pleno emprego e uma democracia que dialogue efetivamente com os interesses populares. Para isso, convocamos a juventude de todo o Brasil a somar-se à Plataforma Comunista do PCB e a construir as candidaturas populares de norte a sul do país. ✊

Leia na íntegra:



MOVIMENTO NEGRO E LUTA ANTIRACISTA

O Movimento Negro e o Estado

Entre a democracia e o 38, o que faz o negro?



Por Cheyenne Ayalla, militante da UJC na Bahia e secretária política da UJC Brasil

O Movimento Negro nacionalizado toma forma na década de 1970 do século XX. No entanto, sua história de mobilização data de muito antes, ainda no Brasil Colônia, com os quilombos — que foram o maior símbolo de fuga e resistência dos povos da diáspora, assim como dos povos nativos do Brasil. Zumbi dos Palmares é uma das figuras mais emblemáticas e lembradas desse período. Há também outras importantes figuras que foram expoentes de luta, como Dandara dos Palmares, Zeferina, Maria Felipa, Aqualtune e, mais à frente, intelectuais negros como Luiz Gama e Luiz Anselmo, que foi um dos responsáveis pela criação da Sociedade Protetora dos Desvalidos (1832) — existente até os dias atuais —, por meio da qual se compravam alforrias e se libertavam pessoas escravizadas com apoio popular, mais de trinta anos antes da Lei Áurea (1888).

É necessário lembrar lutas que já apresentavam seu caráter de raça e classe, como o levante popular que ficou conhecido como Conjuração Baiana (1798), influenciado diretamente pela Revolução Haitiana (1791), liderada por Louverture e outros, mais conhecidos como Jacobinos Negros. Embora bem organi-

zada, a Conjuração foi sufocada em 24 horas pelas forças imperiais, e seus principais líderes — Lucas Dantas, Manuel Faustino, Luiz Gonzaga e João de Deus — foram enforcados e esquartejados em praça pública. Até hoje, seu ossário permanece enterrado na Praça da Piedade, na capital baiana.

Com o passar da história, também há diversos momentos em que ocorre um acirramento e confronto direto da população negra, de forma armada, com as forças repressivas do Estado, como na Revolta dos Malês (1835) ou até mesmo na Revolta da Chibata (1910), marcada pela indignação diante dos castigos físicos impostos por seus superiores. As lutas mais sangrentas e armadas da população negra no Brasil na colônia e no Império e até mesmo pela emancipação da nação acabam se esvaindo, ideologicamente, em duas narrativas: ora a do negro naturalmente violento, ora a do negro aquém de seu próprio sofrimento, retirando seu caráter de libertação.

Vale mencionar o que a colonização fez na Argélia, tema abordado pelo psiquiatra e pensador Frantz Fanon que, após participar da Segunda Guerra Mundial e compreender as mazelas da colonialidade, afirma que a metrópole, o colonizador, vê os povos colonizados não como homens, mas como homens negros. Compreendendo a tutela

que a França exerceu sobre seu país, Fanon demonstra como, para manter sua dominação, utilizou-se de artimanhas ideológicas, sobretudo no sentido de bestializar o negro diante de si mesmo.

No Brasil, dado o processo republicano, chamado República das Espadas, estouraram diversas revoltas de norte a sul do Brasil, dentre as quais a mais emblemática foi a Guerra de Canudos, no início do século XX, no sertão baiano. O conflito resultou em um morticínio de quase 90% da população e na morte de um de seus líderes mais conhecidos: Antônio Conselheiro. Foi uma guerra marcada pela rebeldia da pequena cidade sertaneja e por seu massacre quase absoluto pela República, sendo hoje o local mais conhecido como Cidade-Museu. A cabeça do líder da revolta popular foi levada à capital como símbolo de vitória e preservada por décadas no antigo Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em Salvador (BA).

Das primeiras organizações negras

Mais à frente, ocorre a popularização tanto do nazifascismo quanto da alternativa popular e comunista impulsionada pela Revolução Russa e pelo nascimento da URSS. Diversas organizações passa-



ram a se influenciar tanto pelas políticas fascistas quanto pelas comunistas. Vale mencionar o surgimento da Frente Negra Brasileira, com ideias conservadoras e o mote “Deus, Pátria, Raça e Família”, replicando o modus operandi dos partidos conservadores também presentes naquele período.

Em 1930, o PCB lançou a candidatura à Presidência de Minervino de Oliveira — homem negro, proletário e militante do Partido, sendo o único candidato operário daquele pleito. Sua candidatura levantou debates em relação à classe trabalhadora e aos salários de miséria impostos à classe explorada. Ainda no período varguista, a organização do movimento negro foi extinta, assim como diversas outras organizações, e o PCB entrou na clandestinidade. Em 1945, com a retomada das eleições e a legalidade, a nova Constituinte permite que o PCB eleja 14 deputados — dentre eles Marighella e Jorge Amado, além de um senador: Luiz Carlos Prestes.

Jorge Amado e Marighella apresentaram a Lei de Liberdade Religiosa (Decreto-Lei nº 8.921/1946). A perseguição às religiões de matriz africana era uma consequência direta da ideologia do racismo científico, que criminalizava não só as religiões afro-brasileiras, mas também expressões culturais como a capoeira, por ser considerada crime de vadiagem.

Com a Ditadura Militar instaurada em 1964, diversos movimentos e partidos são novamente colocados na ilegalidade. Diante desse cenário, os direitos civis tornam-se uma busca incessante. Nos anos 1970, começam a surgir algumas movimentações e retomadas de

coletivos negros e frentes organizadas no Brasil, muito influenciadas pelas batalhas de libertação anticoloniais na África no século XX, com movimentações ideológicas pan-africanistas e marxista-leninistas, a exemplo dos blocos afro — com origem em Salvador-BA, a chamada “Roma Negra” — e a reorganização da Frente Negra Brasileira, em moldes diferentes, retirando os aspectos fascistas presentes em seu primeiro surgimento, e adotando o nome de Movimento Negro Unificado (MNU), para “Defender a comunidade afro-brasileira contra a secular exploração racial e o desrespeito humano a que é submetida” (MNU, 1978).

Com o fim da ditadura e a retomada do Estado Democrático de Direito, essas lutas se esfriam e migram para interesses mais alinhados à pequena burguesia do que à classe trabalhadora, onde o acesso e o direito — de uma pequeníssima parcela da população negra — passam a ser pautados de forma abstrata ou dentro da legislação brasileira — e de seus limites —, sem enfrentar sua raiz direta.

Provocações

O movimento negro deve se erguer no sentido de questionar e organizar sua luta não em torno de um racismo abstrato ou até mesmo direcionado a representações vazias de cor e identidade, mas sim compreendendo do que a população negra padece: pleno emprego, direitos trabalhistas, moradias precárias, violência contra a mulher e o morticínio diário da população negra pelo

braço armado do Estado (polícia). Pois, a partir do momento em que há a ilusão de que o Estado burguês defenderá os interesses da população, ainda não se apreendeu que não existe luta antirracista sem luta anticapitalista.

As conquistas ao longo da história vieram de muitas lutas, com influências do Partido dos Panteras Negras, nos EUA, mas, sobretudo, das lutas na África, como na Nigéria, Angola, Burkina Faso e África do Sul, cujos princípios se baseavam na libertação da exploração de seus povos, portanto, lutas com caráter de classe. No entanto, seus principais líderes, como Thomas Sankara, em Burkina Faso, foram assassinados ou, em outros casos, setores vacilantes foram cooptados pelo capital, levando ao recuo da luta radicalizada em direção a uma social-democracia branda, fazendo com que as lutas de classes fossem desarticuladas ou até mesmo esmagadas.

Desse modo, é chegada a hora de organizar o movimento negro com seu caráter classista, resgatando e se orientando por meio das lutas nacionais e internacionais. O racismo só cairá com o fim do sistema capitalista e a destruição do neoliberalismo e da propriedade privada. Por uma liberdade que tenha como horizonte de luta o socialismo e o Poder Popular como bandeira. ✊

Leia na íntegra:



AMÉRICA LATINA

DECLARAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DA BOLÍVIA



A classe trabalhadora urbana e rural da Bolívia vem realizando protestos há mais de um mês. Não faltam motivos para a mobilização dos trabalhadores. O governo de Rodrigo Paz tem se mostrado, desde que assumiu o poder, subserviente aos interesses de monopólios estrangeiros e da ínfima minoria de proprietários do capital e de terras em nosso país.

Desde os primeiros dias, demonstrou sua lealdade aos ricos deste país ao eliminar o Imposto sobre Grandes Fortunas, permitir o retorno da DEA, promulgar o Decreto Supremo 5503, que eliminou os subsídios aos hidrocarbonetos e congelou os salários do setor público, entre outras medidas. Em abril de 2026, promulgou a Lei 1720, que visava dismantelar a proteção constitucional das pequenas propriedades rurais e entregá-las a grandes latifúndios e ao capital financeiro.

Desde então, o país testemunhou até 100 bloqueios de estradas, uma marcha indígena que chegou a La Paz após 28 dias de caminhada, um piquete de greve de fome de mulheres e assembleias populares contínuas convocadas pela Central Operária Boliviana (COB), organizações camponesas e indígenas e a Federação dos Conselhos de Bairro de El Alto.

A resposta do governo não foi o diálogo, mas sim a repressão e a prisão de líderes de organizações populares e de base. O presidente chegou ao ponto de publicar um

vídeo convocando civis (na realidade, convocando organizações paramilitares de direita e extrema-direita) a se juntarem aos contingentes militares e policiais para atacar os manifestantes.

A Central Operária Boliviana (COB) denunciou operações clandestinas realizadas por agentes encapuzados em veículos civis sem placas ou identificação institucional, efetuando prisões sem mandado. Em 7 de junho, cinco líderes da COB foram detidos ilegalmente e submetidos a tortura pela polícia. O que o governo está fazendo é uma caça às bruxas contra a liderança sindical e uma campanha midiática para rotular líderes populares como "terroristas" e "criminosos comuns". Esta é a verdadeira face da democracia que o imperialismo estadunidense defende.

Um governo fascista, a serviço dos interesses imperialistas

No dia 8 de junho, Rodrigo Paz promulgou a Lei 1740, que "regulamenta" o estado de emergência na Bolívia. Essa lei busca proteger as forças repressivas do Estado a fim de seguirem cometendo atos que violem os direitos humanos dos bolivianos. Em seu discurso, Paz classificou as mobilizações sociais como atos de terrorismo, tentando justificar o uso do direito penal e das leis de emergência contra toda mobilização social, justificando, assim, a

repressão policial e militar.

Diante dessa situação, alertamos a classe trabalhadora de que o governo pretende manchar o povo boliviano de sangue, silenciar todo o direito de protesto e, dessa forma, implementar seus planos econômicos e sociais contra os trabalhadores. Esses planos consistem em entregar recursos naturais a países estrangeiros e privatizar empresas estatais estratégicas em benefício de monopólios estrangeiros e da burguesia nacional, gerando novos aumentos nos preços de bens e serviços básicos.

Da mesma forma, conforme reivindicado pela maioria da classe trabalhadora que sofre com os impactos das políticas pró-mercado do governo, EXIGIMOS A RENÚNCIA DE RODRIGO PAZ da presidência. Somente um povo organizado garante a democracia em nosso país. Conclamamos a união total para derrubar este governo fantoche que só trouxe miséria e pobreza para a classe trabalhadora. ✊

Partido Comunista da Bolívia
(Comitê de Reorganização)
Juventude Comunista da Bolívia

Leia na íntegra:



PALESTINA LIVRE E SOBERANA

EXTERMÍNIO E TORTURA DAS CRIANÇAS PALESTINAS



FEPAL - Federação Árabe Palestina do Brasil

Um relatório da Comissão Independente Internacional de Inquérito sobre o Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental, e "israel", apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, reforça o que é visível desde outubro de 2023: "israel" está exterminando deliberadamente as crianças palestinas.

O massacre de crianças: números e métodos

O relatório afirma que, entre 7 de outubro de 2023 e 7 de outubro de 2025, pelo menos 20.179 crianças palestinas foram mortas e 44.143 ficaram feridas como resultado direto da ofensiva genocida do exército israelense em Gaza.

Isso representa 30% dos mortos e 26% dos feridos no período. A Comissão observa que "o aumento na proporção de crianças mortas em comparação com escaladas anteriores de hostilidades" se deve ao uso de "armas explosivas com efeitos de grande área" e à "expansão de seus critérios de alvo, sem tomar precauções adequadas".

O relatório descreve um padrão de "disparo deliberado contra adolescentes em um jogo de tiro ao alvo" e também documenta o uso de mísseis e bombas em áreas densamente povoadas.

Tortura e maus tratos nas masmorras sionistas

O relatório acusa as forças de "israel" de prender e torturar

sistematicamente crianças palestinas, especialmente meninos adolescentes. Desde 7 de outubro de 2023, mais de 1.655 crianças foram detidas na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. O número de detidos em Gaza é desconhecido, pois "as autoridades israelenses não divulgaram os dados nem o paradeiro das crianças presas".

A Comissão descreve um padrão de abuso desde o momento da prisão: "as crianças são frequentemente submetidas a danos desde o início da prisão, que muitas vezes são realizadas no meio da noite, quando os militares israelenses invadem suas casas, danificam propriedades e geram intenso medo e trauma para as crianças e famílias, incluindo agressões físicas, algemas e venda nos olhos".

Tortura sexual como arma de guerra

O relatório faz acusações graves de violência sexual e de gênero contra crianças palestinas, tanto em Gaza quanto na Cisjordânia. A Comissão documentou casos de "nudéz pública forçada", onde crianças eram obrigadas a se despir na frente de suas famílias e comunidades.

A violência sexual se estendeu ao sistema prisional. O relatório afirma que "meninos palestinos foram fotografados e filmados em circunstâncias humilhantes e degradantes enquanto eram submetidos a atos de natureza sexual, incluindo nudéz pública forçada". A Comissão recebeu informações de uma organização sobre "violência sexual e de gênero contra meninos em detenção, envolvendo estupro, ameaças de estupro, agressão sexual, violên-

cia contra os genitais, despir à força e atos humilhantes enquanto despidos pelas forças de segurança israelenses.

Um padrão de crimes contra a humanidade

O relatório da Comissão conclui que as ações das forças de "israel" contra crianças palestinas constituem crimes de guerra e crimes contra a humanidade, incluindo extermínio, homicídio doloso, tortura, tratamento desumano, perseguição e violência sexual.

A Comissão afirma que "as forças de segurança israelenses mataram e mutilaram intencionalmente crianças palestinas", "prenderam e torturaram" e "infligiram violência sexual". O documento também alega que "Israel cometeu o crime de genocídio em Gaza" ao matar e causar sérios danos físicos e mentais a membros do grupo, incluindo crianças palestinas.

O relatório é um testemunho sombrio do que a Comissão descreve como a destruição da própria essência da infância palestina, representando uma das mais graves violações dos direitos humanos da nossa época. 🇵🇸

Leia na íntegra:



Fonte:



FUNDAÇÃO DINARCO REIS

36 anos sem João Saldanha



Em tempos de Copa do Mundo, é impossível deixar de falar do querido camarada João Saldanha. Em 12 de julho de 1990, o João Sem Medo falecia em Roma durante a Copa da Itália, para onde fez questão de ir, mesmo muito doente, para acompanhar os jogos, como sempre fez desde que começou a se destacar como jornalista esportivo.

João Alves Saldanha nasceu na cidade de Alegrete, Rio Grande do Sul, em 03 de julho de 1917, alguns meses antes de acontecer na Rússia a Revolução Bolchevique. Seu avô, rico fazendeiro de Livramento, investiu a fortuna que tinha na Revolução Federalista, e o pai continuou a saga dos rebeldes maragatos. Em 1923, a família foi obrigada a se exilar no Uruguai e, no ano seguinte, voltou para o Brasil. Com a "Revolução de 1930", os Saldanha mudaram-se para o Rio de Janeiro, acompanhando seu líder político, Getúlio Vargas.

No Rio, João adotou o Botafogo como clube do coração, pois, na época, o time estava coalhado de craques gaúchos. Em 1935, entrou para o curso de Direito da Universidade do Distrito Federal (atual

UERJ) e ingressou no PCB. João foi recrutado para a célula do Partido em Copacabana, passando a cumprir várias tarefas, dentre as quais a mais importante foi servir como mensageiro do PCB em missões na Europa e nas Américas, para denunciar as prisões e torturas do Estado Novo.

O João sem Medo

Nos anos 40, já em tempos de Guerra Fria, Saldanha foi eleito presidente da Juventude Comunista. Durante o I Congresso Brasileiro de Defesa da Paz e da Cultura, em 1949, na sede da UNE, no Flamengo, invadida pela polícia, João foi ferido a bala e condenado a seis anos de cadeia, sem direito a julgamento. Decidiu partir para a Europa, onde frequentou cursos de formação política em Praga e Moscou e visitou a China, para participar dos festejos do primeiro aniversário da Revolução Socialista.

Regressou ao Brasil em 1950, quando foi designado pelo Comitê Central para dar assistência aos militantes do PCB que dirigiam a luta dos camponeses pela terra em Porecatu, no norte do Paraná. Gra-

ças ao movimento, entre 1.500 e 1.800 famílias receberam terras. No ano de 1953, João teve presença destacada na coordenação das ações dos comunistas junto à Greve dos 300 Mil em São Paulo, que chegou a paralisar 270 empresas.

Em 1957, de volta ao Rio, Saldanha conquistou o campeonato carioca como técnico do Botafogo, contando com a ajuda dos craques Garrincha, Didi e Nilton Santos. Em 1959, começou a trabalhar como comentarista esportivo. Com sua linguagem direta e simples, conquistou o público de rádio, jornal e televisão e ficou conhecido como "o comentarista que o Brasil consagrou".

Em 1969 foi convidado por João Havelange a assumir a direção técnica da Seleção Brasileira, para reconquistar o apoio popular após o fiasco de 1966. Montou a base do fenomenal "escrete canarinho", vitorioso na Copa de 1970, com os jogadores que ficaram conhecidos como "as Feras do Saldanha". Suas posições políticas e as críticas que nunca deixou de fazer à ditadura o fizeram perder o cargo alguns meses depois que o general Médici chegou à presidência.

Com o fim da ditadura, compôs, como candidato a vice-prefeito do PCB, a chapa com Marcello Cerqueira (PSB) à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 1985, numa frente eleitoral que empolgou a militância comunista e socialista do Rio, inundando as ruas com as bandeiras vermelhas.

Em 1990, o Brasil perdia o comentarista esportivo que revolucionou a análise das partidas de futebol, o colunista que escrevia sem rodeios e era entendido por todos, o militante que não recusava tarefas, o comunista íntegro e verdadeiro. Mas, como diria o João Sem Medo, "vida que segue"!



APOIE A FUNDAÇÃO DINARCO REIS:
Faça um Pix: 04345176000136

